



PROJETOS HABITACIONAIS POPULARES E SEUS IMPACTOS NA MOBILIDADE URBANA: estudo da região do Rubi, Limeira

Palavras-chave: Políticas habitacionais; Espaço de vida; Planejamento urbano.

Bolsista: Vinicius Antonio Neves de Oliveira | RA: 245235

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Marandola Jr. | 301199

Coorientador: Prof. Dr. Vitor Sartori Cordova | 317690

INTRODUÇÃO:

Este trabalho foi pautado pela reflexão sobre as modalidades dos espaços de vida das pessoas residentes no conjunto habitacional denominado de “Condomínio Residencial Rubi” localizado nas adjacências da malha urbana da cidade de Limeira, interior do Estado de São Paulo. Buscou-se, desta forma, refletir sobre a implementação da política pública habitacional, identificando suas defasagens e acertos pautados nas análises de programas habitacionais conjuntamente com os depoimentos dos moradores.

Estaria este planejamento, ou melhor, estes condomínios populares, alinhados com as diversas perspectivas de criação de lugares na contemporaneidade ou ainda se circunscrevem na dinamização apriorística do deslocamento convencional?

METODOLOGIA:

Foram realizadas leituras de fundamentação com a apropriação da bibliografia básica necessária (em termos metodológicos e epistemológicos) orientada aos temas e abordagem do trabalho, como aos de política habitacional e conjuntos populares, metodologias qualitativas, mapeamentos sociais, mobilidade e espaços de vida. Sequencialmente ocorreu o levantamento de dados e a preparação de campo no intuito da busca de trabalhos sobre mobilidade no contexto urbano com foco em conjuntos habitacionais populares.

Além do levantamento de informações nas secretarias municipais competentes e nos bancos de teses e dissertações das principais universidades do país, o trabalho teve como escopo a produção dos denominados “mapas de espaço de vida” dos residentes, os quais almejavam identificar outras intencionalidades de deslocamento por parte destes. Para a confecção dos mapas

interpretou-se, como material imprescindível, a coleta de depoimentos dos residentes do local, cujo mesmos se encontram no acervo do Laboratório de Geografia dos Riscos e Resiliência (LAGERR) e no Laboratório Urbanização Mudanças no Uso e Cobertura da Terra (I-UM), que contam com acervo cartográfico georreferenciado de Limeira e região e os relatos já transcritos advindos de pesquisa maior na qual este estudo está contextualizado. ¹

Os dados coletados pelos moradores foram utilizados para a construção de mapas de espaços de vida, como o exemplo a seguir:



Figura 1 – Mapa de espaços de vida de um morador do Rubi que representa o seu descolamento pela cidade de Limeira até ser contemplado por este projeto habitacional

Fonte: Elaborada com auxílio do Google Earth.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O trabalho ansiou compreender alguns aspectos relativos ao campo urbanístico relacionado aos discursos e estratégias da confecção de conjuntos habitacionais nas adjacências da malha urbana municipal. Tais discursos se multiplicam em diversas críticas, como, por exemplo: a) nos problemas engendrados pelas políticas econômicas responsáveis por sua localização e efetividade na resolução dos problemas habitacionais (ROLNIK *et al*, 2015); b) no âmbito referente à contextualização histórica dos empreendimentos habitacionais no quadro das políticas urbanas nacionais e municipais (BONDUKI, 2017; MANFREDINI, 2005; QUEIROZ, 2007); c) nos problemas relacionados aos embates existenciais perpetrados pelos novos estilos de vida incutidos à população e nas resiliências advindas das circunstancialidades e situacionalidades destas pessoas em estabelecer um lugar (MARANDOLA JR; OJIMA, 2014; DE PAULA, 2010; MARANDOLA JR; DAL GALLO, 2010); e d), por último (porém, não menos importante), em autores que pautam a

¹ Pesquisa: A Solidariedade dos abalados na cidade contemporânea: qual o lugar da ação política nos condomínios residenciais populares? Autor: Professor Doutor Vitor Sartori Cordova.

discussão sobre os problemas históricos relacionados à terra no Brasil e sua relação com a questão da espoliação do espaço do cidadão. (PRADO JR, 2012; MARTINS, 2010).

CONCLUSÕES:

Através dos depoimentos analisados dos moradores do Rubi, é evidente as dificuldades cotidianas causadas pela localização do Conjunto Habitacional na malha urbana limeirense. Os moradores possuem, como grande dificuldade, o acesso as outras áreas da cidade que não são contempladas pela única linha de ônibus disponível como, por exemplo, o trajeto diário ao trabalho, compras em mercados e visitas a parentes e amigos, tornando-se um transtorno para quem reside no Rubi. A Linha 400 que passa pelo local, conhecida como “Rapidão Sul”, não faz o trajeto para a Santa Casa de Limeira, sendo algo muito preocupante no caso de algum morador necessitar de atendimento médico emergencial. Caso isso aconteça, será necessário realizar uma baldeação, pegando outra linha de ônibus. Este processo leva tempo e dificulta o acesso a saúde para os moradores do Rubi.

Os moradores enfatizaram que, pelo fato da localização e do difícil acesso ao Rubi, isso os distanciou de suas antigas amizades e vínculos com seus familiares. Essas pessoas se isolaram e perderam laços sociais importantes que não foram repostos com a nova vizinhança. A distância social entre os moradores é algo reiterado através da averiguação dos dados analisados, intensificando a vulnerabilidade da população periférica pois, em situações anteriores em que teriam amigos e familiares próximos para recorrerem em momentos de dificuldades agora, no Rubi, com essa escassez de relações sociais cotidianas, ficam à mercê da própria sorte por não terem pessoas dispostas a ajudar. Assim sendo, a localização que o Rubi foi construído impactou diretamente na vida dos moradores, limitando suas mobilidades urbanas, restringindo e dificultando o acesso a equipamentos urbanos como o Hospital Santa Casa, escolas e creches. Neste bojo, os depoimentos utilizados na construção dos mapas de espaços de vida dos moradores foram úteis para que fosse possível visualizar como a especulação imobiliária e o aumento dos aluguéis fizeram com que essas pessoas se instalassem às margens da cidade e as dificuldades causadas por isso.

Os mapas de espaços de vida, após uma aferição dos principais problemas relatados nas falas dos moradores, ainda serviriam como uma ferramenta fundamental: tornaram evidente, na medida das principais necessidades das pessoas, suas lutas pela sobrevivência nos deslocamentos ao trabalhar, estudar, ter direito à saúde e à educação, aos serviços públicos e equipamentos urbanos. Desta maneira, o poder público municipal de Limeira foi ineficiente ao escolher a localização em que o Rubi deveria ser construído, dificultando a vida de seus moradores e gerando demandas sociais e econômicas para que os mesmos consigam satisfazer suas necessidades mais básicas, como a manutenção de laços afetivos e a locomoção diária.

Outro ponto relevante do Rubi é como o desnível topográfico presente no local é lido pelos residentes, principalmente, nas formas de reconhecimento ou diferenciação entre eles. Este

desnível se dá pelo córrego que passa ao lado esquerdo do conjunto habitacional, cuja nascente se encontra mais acima: no Residencial Alto do Lago. A diferente posição topográfica entre os condomínios do Rubi figura uma visão de distinção entre os próprios moradores, que são separados inicialmente pelas rendas familiares e sentem na pele essa distinção através da localização dos condomínios: na parte mais elevada do terreno encontram-se os que possuem maior renda; na inferior os de menor renda, favorecendo-se assim uma segregação entre pessoas que vivenciam um cotidiano tão similar.

A distância influencia diretamente na acessibilidade aliás, sendo o principal componente do controle desta mobilidade em termos de troca dentro da malha urbana, sintetiza estratégias das mais variadas estirpes (fragmentação urbana, vazios urbanos, etc.) que canalizam esta região do Rubi somente como um reduto para uma valorização das adjacências e imóveis através dos estratégicos eixos viários. Vale ressaltar que esta tática atinge não somente a condição financeira destas pessoas, mas sua dignidade, visto: a) na limpeza do cenário urbano nas várias mudanças feitas pelos residentes (atestado nos mapas de vida); b) na “oferta” de sobrevivência com trabalhos extremamente precários ou terceirizados (principalmente às mulheres e jovens); c) no discurso da “dignificação da pessoa humana” através do trabalho (atestado no oferecimento de cursos profissionalizantes aos jovens mais pobres para a sua “devida entrada” no mercado de trabalho, olvidando-se quaisquer preocupações quanto a sua formação lúdica ou como cidadão); e d) até no quesito da fome, pois as áreas destinadas a estes empreendimentos avançam sobre as terras de pequenos agricultores os quais poderiam ser potencialmente encarados como fornecedores de alimentos mais baratos e com qualidade a estes mais vulneráveis (mormente neste contexto pandêmico em que vivemos) (CORDOVA, 2014).

Assim sendo, manter a população vulnerável nas áreas periféricas pouco estruturadas é compactuar com a estigmatização da periferia que deve ser sempre vista enquanto um lugar precário, o qual precisa reproduzir a divisão e o distanciamento entre os grupos sociais nos diversos loteamentos abertos na malha urbana (reforçado por meio do paradigma do estilo de vida “urbanizado”). A política pública habitacional, quando não realizada com cuidado em todos seus aspectos estruturais, retira da população oportunidades transformadoras que facilitariam, como exemplo, o acesso à direitos como o do trabalho e da saúde, que pouco são lembrados, neste âmbito, pelo Estado². Nesta ineficiência por parte do poder público, ao “escolher” a localização em que o Rubi seria construído, dificultou demasiadamente a vida de seus moradores, gerando demandas sociais, econômicas e diversas vulnerabilidades – inclusive emocionais – pelo fator distância (e distanciamento). A dificuldade emocional também abre brechas para apropriações perigosas por parte de terceiros, aliando-os a discursos individualistas ou exotéricos e a condutas acionárias-econômicas pelo caminho do marketing e da utilidade banal do próximo.

² A mobilidade urbana pode ser referida aqui à oportunidade de ver onde estão estes direitos espalhados pelo espaço urbano e os motivos pelos quais estes não chegam à uma localidade como o Rubi. Mover-se, assim, pode ser encarado como o ato de questionar incessantemente as ordens engessadas desta imposição perniciosa de “centro e periferia”.

Com os levantamentos bibliográficos, discussões e realizações das análises de dados (depoimentos), é notável a grande felicidade que foi a contemplação do Rubi para seus moradores, entretanto, pode-se perceber também as carências e as dificuldades proporcionadas por sua localização, mostrando que a luta por direitos por parte destes moradores, mesmo com conquistas notáveis, ainda está no começo.

BIBLIOGRAFIA

- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. Rio de Janeiro: Estação Liberdade, 7ª. ed. 2017.
- BUENO, B. P. S. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 17, n. 2, p. 251-294, 2009.
- BUSCH, R. K. **História de Limeira**. Limeira, Prefeitura Municipal, 1967.
- CHAVEIRO, E. F. Os desafios teóricos da Geografia brasileira: rumos e desdobramentos. **Revista Faz Ciência**, v. 15, n. 21, p. 13, 2012.
- CORDOVA, V. S. **Territorialidade e Resistência: a presença caipira nas cidades do interior paulista**. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós Graduação em Urbanismo, PUC-Campinas, 2014
- DE PAULA, F. C. **Constituições do habitar: reassentamento do Jd. São Marcos ao Jd. Real**. 2010, 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pós-graduação em Geografia análise ambiental e dinâmica territorial, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- DINIZ, M. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. **Revista Histórica, Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Edição nº 2 de jun. 2005.
- DUARTE, Maurizete PL. O governo Vargas e as primeiras tentativas do Estado na provisão de habitação popular. **XXVII Simpósio Nacional de História, ANPUH**, 2013.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MAIA, A. C. **Descontinuidade territorial e formação de vazios urbanos: um padrão de crescimento em cidades médias paulistas**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, Campinas, 2019.
- MANFREDINI, E. A. **Ações públicas e privadas na conformação da cidade: estudo da dinâmica sócio-espacial de Limeira-SP, 1960-2000**. 2005. 280f. Dissertação (Mestrado) - Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.
- MANFREDINI, E. A. **História material e formação urbana: a dinâmica socioespacial de Limeira (SP) no século XIX**. 2010. 384 f. Tese (Doutorado em Ciências Exatas e da Terra) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010
- MARANDOLA JR, Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 27, n. 2, p. 407-424, 2010.
- MARANDOLA JR, E.; OJIMA, R. Pendularidade e vulnerabilidade na Região Metropolitana de Campinas: repercussões na estrutura e no habitar urbano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 2, p. 185-185, 2014.
- MARTINS, J. de S. O cativo da terra. Revista e ampliada. São Paulo. **Contexto**, p. 52-65, 2010.
- MARX, M. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Edusp, 1991.
- OJIMA, R.; MARANDOLA Jr., E. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, ANPUR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2012.
- OKRETIC, Gabrielle Astier de Villatte Wheatley et al. **Áreas públicas em conjuntos habitacionais recentes: ações para fortalecer a auto-estimativa e concretizar o pertencimento ao lugar por meio do protagonismo dos moradores**. 2020. PICCINATO JUNIOR, D. Dialética da propriedade fundiária privada no Brasil dos oitocentos. **Labor & Engenho**, Campinas-SP, v. 11, n. 3, p. 335-354, 2017. DOI:10.20396/labore.v11i3.8649204. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8649204> Acesso em: 6 jan. 2021.
- PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 1ª. Ed. Editora: Brasiliense, 2012.
- QUEIROZ, A. N. **Limeira: produção social da cidade e do seu tecido urbano**. 2007. Dissertação (Mestrado em Projeto de Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ROLNIK, R. et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrópole**, v. 17, n. 33, p. 127-154, 2015.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6ª. ed. Editora: Edusp, São Paulo, 2007.
- SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora Nobel, 1987.
- SILVA M.; TOURINHO H. **O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 17, n. 34, pp. 401-417, nov 2015.